



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

### DESPACHO

#### Autorização para acumulação de funções – Ano de 2013

##### Considerando:

- 1) Que o exercício de funções públicas é, em regra, feito em exclusividade, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, mas que, no entanto, pode ser autorizado o exercício de outras funções, em acumulação.
- 2) Que a acumulação de funções nos termos do artigo 28.º do referido diploma legal depende de prévia autorização da entidade competente.
- 3) Que de acordo com o meu despacho de 06 de janeiro de 2012, e atenta a lógica de anualidade que deve ser imposta nesta matéria, deve ser proferido idêntico Despacho para as situações de acumulação de funções a ocorrer durante o ano de 2013;

##### Assim sendo,

**Determino:** Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para os efeitos previstos nos artigos 25.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que:

I - Não pode ser autorizado o exercício em acumulação de funções privadas com ou sem remuneração, com ou sem autonomia e diretamente ou por interposta pessoa nos seguintes casos:

- a) Serem as funções privadas similares e conflituantes com as funções públicas;
- b) Sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- c) Sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente;
- d) Comprometam a isenção e imparcialidade exigíveis para o exercício das funções públicas;
- e) Provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;

II - A acumulação de funções públicas com outras funções públicas ou privadas depende de prévia autorização, devendo ser apresentado pelos interessados os requerimentos, previamente ao seu exercício e anualmente (art. 29, n.º 2), onde tem que constar:

- O local específico do exercício da função ou atividade a acumular;
- O Horário a praticar;
- A Remuneração a auferir, (por exemplo previsão mensal), quando seja o caso;





## CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

- A Natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;
- As razões que justificam e legitimam a acumulação e porque é que não incorre nas **proibições legais** do seu exercício;
- As razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características de atividade conflituante ou concorrente à função que desempenha no seu serviço;
- O compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de se vir a revelar conflituante com as funções públicas;

III - O requerimento deve também ser instruído com os documentos comprovativos dos **rendimentos da atividade no ano anterior** e de **uma lista de clientes** (no caso de exercício de Profissão liberal).

IV - O incumprimento desta obrigatoriedade de dedicação exclusiva representa uma **violação de deveres disciplinares** por parte do trabalhador, e pode dar lugar a uma pena de suspensão e até de demissão no caso de reincidência (nos termos dos arts. 17.º e 18.º do Estatuto Disciplinar aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro);

V - Visa-se genericamente a **eficiência** no exercício das funções públicas e proteger a **independência e a transparência do seu exercício**, bem como o respeito pelos **princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade da administração pública** (art. 266.º da Constituição da República Portuguesa).

VI - Para o presente ano de 2013 devem os requerimentos ser apresentados até ao próximo dia 8 de fevereiro, informados pelos respetivos Chefes de Divisão e enviados ao Presidente até ao dia 13 de fevereiro e por mim despachados até 18 de fevereiro de 2013.

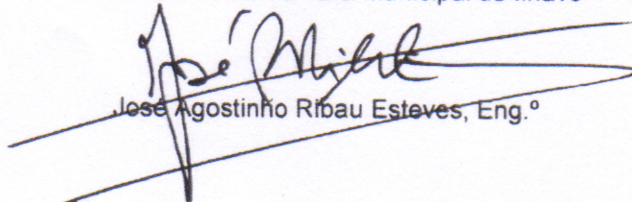
VI - Se ocorrer alguma situação de acumulação de funções após esta última data, e apenas nessa circunstância, deve ser instruído requerimento a título excecional que será informado e despacho no período de oito dias.

Divulgue-se pela estrutura municipal.

Cumpra-se.

Ílhavo, aos 31 de janeiro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

  
José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º